



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO

MARCOS VINÍCIUS NUNES DA COSTA

**ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DOS OBSTÁCULOS A SEREM
TRANSPOSTOS E DAS ONDAS RENOVATÓRIAS**

BRASÍLIA

2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO

MARCOS VINÍCIUS NUNES DA COSTA

**ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DOS OBSTÁCULOS A SEREM
TRANSPORTOS E DAS ONDAS RENOVATÓRIAS**

Monografia de graduação
apresentada à Faculdade de Direito
da Universidade de Brasília, como
requisito parcial à obtenção do grau
de bacharel em Direito.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniela
Marques de Moraes

BRASÍLIA

2018

MARCOS VINÍCIUS NUNES DA COSTA

**ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DOS OBSTÁCULOS A SEREM
TRANSPORTOS E DAS ONDAS RENOVATÓRIAS**

Monografia de graduação
apresentada à Faculdade de Direito
da Universidade de Brasília, como
requisito parcial à obtenção do grau
de bacharel em Direito.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Daniela Marques de Moraes (Orientadora)
FD/UnB

Prof. Dr. Henrique Araújo Costa (Membro)
FD/UnB

Prof. Dr. Vallisney de Souza Oliveira (Membro)
FD/UnB

BRASÍLIA

2018

À minha mãe, com carinho, pelo amor e responsabilidade.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus, força superior e fundamental sem a qual não é possível ser.

Aos meus pais, Cleusimar Nunes e Adalberto Costa Neto, pelo suporte, amor e criação que foram determinantes para as escolhas que eu fiz ao longo da vida e para a realização dos meus objetivos.

À minha professora e orientadora, Doutora Daniela Marques de Moraes, que me despertou o interesse pelo Direito Processual Civil e pelas rotinas que permeiam o acesso à justiça. Sou-lhe grato pelas discussões sobre estes temas no Grupo de Estudos em Processo Civil (GEPC/UnB) e pelas conversas que me permitiram definir meu interesse pelo Direito.

Aos professores com quem tive o privilégio de conviver na Faculdade de Direito (FD/UnB), pelas indicações dos caminhos acadêmicos e pragmáticos a seguir na minha jornada.

Aos meus familiares, em especial, meus avós e padrinhos Damiana e José Nunes. À minha tia Alda Cleide Nunes, por enxergar potencial em seu primeiro sobrinho.

À Universidade de Brasília (UnB), por me proporcionar crescimento pessoal, a despeito das contingências por que tem passado a universidade pública nos últimos anos.

Diante da Lei está colocado um guarda. Chega-se a ele um homem do campo, que lhe pede que o deixe entrar na Lei. Mas a sentinela diz que nesse momento não é permitido entrar. O homem reflete e depois pergunta se, mais tarde, isso lhe irá ser permitido. “É possível”, diz o guarda, “mas agora não”. A grande porta que dá para a Lei está aberta de par em par, como sempre, e o guarda põe-se de lado. Então o homem, inclinando-se para diante, olha para o interior através da porta. Quando o guarda percebe isso desata a rir e diz: “Se tanto te atrai entrar, procura fazê-lo apesar da minha proibição. Mas fixa bem isto: eu sou poderoso, mas não passo do guarda mais inferior; em cada uma das salas existem outras sentinelas, cada uma mais poderosa do que a outra. Eu não posso suportar já sequer o olhar do terceiro guarda”. O camponês não esperara tais dificuldades. Parecia-lhe que a Lei devia ser acessível sempre a todos, mas agora que examinava com maior atenção o guarda, envolto no seu casaco de peles, com um grande nariz pontiagudo e uma barba longa, delgada e negra à moda dos tártaros, decidiu que era melhor esperar até que lhe dessem permissão para entrar. O guarda dá-lhe então um banquinho e diz-lhe para se sentar ao lado da porta. Ali acaba o homem por passar, sentado, dias e anos. Faz infinitas tentativas para entrar na Lei e cansa o guarda com as suas súplicas. A sentinela submete-o, às vezes, a pequenos interrogatórios sobre a sua pátria e sobre muitas outras coisas, mas no fundo não tem interesse especial nas respostas. Atua como um grande senhor, mas termina sempre a dizer-lhe que ainda não pode entrar.

O homem, que investiu muito naquela viagem, emprega tudo, por mais valioso que seja, para subornar o porteiro. Este aceita tudo, mas diz “Aceito-o para que não penses que te descuidaste de alguma coisa”. Durante muitos anos aquele homem não afasta os seus olhos do porteiro. Esquece-se dos outros e chega a parecer-lhe que este, o primeiro, é o único obstáculo que o impede entrar na Lei. Nos primeiros anos maldiz em voz alta sua funesta sorte, mas depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou a estudar o guarda, chega a conhecer também as pulgas do seu casaco de peles. Regredindo até a infância, roga a essas pulgas que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim, vê que a luz que seus olhos percebem é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os seus olhos que o enganam. Mas agora, no meio às trevas, percebe um raio de luz inextinguível através da porta. Resta-lhe pouca vida. Antes de morrer, concentram-se na sua mente todas as lembranças e pensamentos daquele tempo numa única pergunta, que até esse momento ainda não tinha feito ao porteiro. Como o seu corpo já rígido não se pode mover, faz um sinal ao guarda para que se aproxime. Este precisa inclinar-se profundamente, pois a diferença de dimensões entre um e outro foi-se tornando muito grande. “Que é o que ainda queres saber?”, pergunta o porteiro. “És insaciável”. “Se todos desejam conhecer a Lei – diz o homem – como se explica que em tantos anos ninguém, além de mim, tenha pretendido fazê-lo?” O guarda percebe que o homem está já às portas da morte, de modo que, para alcançar o seu ouvido moribundo, grita: “Ninguém senão tu podia entrar aqui, pois esta entrada estava destinada apenas para ti. Agora vou-me embora e fecho-a”.¹

¹ KAFKA, Franz. **O Processo**. Lisboa: Atlântico Press, 2013.

RESUMO

A mera existência do Judiciário como centro de solução dos conflitos entre os indivíduos na sociedade moderna não basta para que todos tenham acesso a ele. Diversas barreiras se impõem na busca deste Poder, tais como a hipossuficiência financeira, o desconhecimento de um direito e o desgaste causado por uma lide judicial, que pode torná-la anti-econômica. Frente a isso, diversas tentativas vêm sendo feitas ao longo das últimas décadas, a fim de que o acesso à justiça seja amplo e disponível a todos os cidadãos. Mauro Cappelletti e Bryant Garth apontam, em seu livro “Acesso à Justiça”, aqueles que julgam serem os principais problemas para uma efetiva disponibilidade do Judiciário aos hipossuficientes, bem como elencam as ondas de acesso à justiça que visaram derrubar tais barreiras.

Palavras-chave: acesso à justiça; jurisdição; obstáculos; ondas renovatórias; hipossuficiência; Código de Processo Civil.

ABSTRACT

The mere existence of the Judiciary as the center of solution of conflicts between individuals in modern society is not enough for everyone to have access to it. Several barriers are imposed in the pursuit of this Power, such as poverty, ignorance of a right and the exhaustion caused by a judicial litigation, which can make it anti-economic. In the face of this, several attempts have been made over the last decades, so that access to justice can be broad and available to all citizens. Mauro Cappelletti and Bryant Garth point out in their book "Access to Justice" those who they consider to be the main problems for an effective availability of the Judiciary to the poor, as well as expose the renewal waves of access to justice that aimed at overcoming such barriers.

Keywords: access to justice; jurisdiction; obstacles; renewal waves; hypersufficiency; Code of Civil Procedure.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – ACESSO À JUSTIÇA.....	13
1.1. JURISDIÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA.....	13
1.2. LEITURA TEMPORAL DO ACESSO À JUSTIÇA.....	15
1.3. O CONCEITO DE ACESSO À JUSTIÇA.....	17
1.4. DISTINÇÃO ENTRE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUSTIÇA GRATUITA.....	18
CAPÍTULO 2 – OBSTÁCULOS A SEREM TRANSPOSTOS PARA UM EFETIVO ACESSO À JUSTIÇA.....	21
2.1. INTRODUÇÃO.....	21
2.2. PRIMEIRO OBSTÁCULO: AS CUSTAS JUDICIAIS.....	21
2.3. SEGUNDO OBSTÁCULO: POSSIBILIDADES DAS PARTES.....	28
2.4. TERCEIRO OBSTÁCULO: A QUESTÃO DOS DIREITOS DIFUSOS.....	30
CAPÍTULO 3 – AS ONDAS DO MOVIMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA.....	32
3.1. INTRODUÇÃO.....	32
3.2. A PRIMEIRA ONDA.....	32
3.3. A SEGUNDA ONDA.....	36
3.4. A TERCEIRA ONDA.....	37

CAPÍTULO 4 – A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O ACESSO À JUSTIÇA.....	39
4.1. A LEI Nº 1.060/1950.....	39
4.2. ANÁLISE DA JUSTIÇA GRATUITA NO CPC/2015.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

Ubi homo ibi societas; ubi societas ibi conflictus. É com esta adaptação da célebre citação de Ulpiano, no *Corpus Iuris Civilis*, que se inicia este trabalho: a afirmação de que não há convivência em sociedade sem conflitos. Mesmo quando o Estado ainda estava em desenvolvimento, já havia contendas entre as pessoas, assim como a necessidade de se resolvê-las.

Ao longo dos séculos, o homem vem tentando aprimorar técnicas de solução de conflitos. A autotutela, por exemplo, já não condiz com o Estado de Direito, mas era uma das maneiras de se solucionar um problema nas sociedades primitivas.

Atualmente, a jurisdição parece a forma ideal de se solucionar uma pretensão resistida. A formação do Estado moderno como garantidor acabou por evoluir para um modelo em que o Judiciário é um dos principais responsáveis pela paz social.

O Estado burguês, surgido no século XVIII, era absenteísta, ou seja, intervinha o mínimo possível na vida dos cidadãos, de modo a pretender que todos fossem apenas formalmente iguais.

Com a evolução do Estado para a forma atual, o acesso à justiça é um tema em voga, visto que não basta que os todos sejam iguais apenas no texto da Constituição: é necessário derrubar as barreiras que impedem que os cidadãos busquem o Judiciário quando necessitam resolver uma lide. Tais barreiras podem ser dar nos campos econômico, social, jurídico etc.

A partir da leitura da obra “Acesso à Justiça”, de Mauro Cappelletti e Bryan Garth, publicada originalmente em 1978, foi realizado, para este trabalho, um levantamento de bibliografia a respeito de jurisdição, acesso à justiça e gratuidade de justiça na legislação brasileira. A partir desta revisão de literatura e da análise dos principais dispositivos constitucionais e legais que tratam do acesso à justiça no ordenamento jurídico brasileiro, foram construídos os quatro capítulos que formam este trabalho.

No primeiro capítulo, há uma introdução dos conceitos de jurisdição, acesso à justiça, assistência judiciária, assistência jurídica e justiça gratuita. Este capítulo mostrou-se crucial, tendo em vista que já houve confusão terminológica na própria legislação, de modo que tal capítulo é a base para o que vem a seguir.

No segundo capítulo, são analisados os três obstáculos que Cappelletti e Garth apresentam como os mais importantes no que tange ao acesso à justiça: as custas judiciais, a possibilidade das partes e a dificuldade da defesa dos interesses difusos frente a ordenamentos jurídicos que prezam pela individualidade. A partir de dados coletados em estudos do Conselho Nacional de Justiça, também há, nesta seção, comparativos do valor das custas nos estados brasileiros e no Distrito Federal.

No terceiro capítulo, são apresentadas as três ondas (ou fases) em que Cappelletti e Garth dividem o movimento de promoção do acesso à justiça. Em cada uma destas ondas, buscou-se solucionar ou minimizar os problemas apresentados no segundo capítulo deste trabalho.

Ao fim, é realizada breve análise dos principais dispositivos que tratam de justiça gratuita na Lei nº 1.066/1950 e no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).

CAPÍTULO 1 – ACESSO À JUSTIÇA

1.1. JURISDIÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA

Antes de se definir e discorrer acerca do que é o acesso a justiça e quais são suas premissas, faz-se necessário adentrar o conceito de “jurisdição”.

A ocorrência de conflitos é própria do convívio em sociedade. Em certas situações, as pessoas pretendem bens que não podem ter, seja porque outra pessoa os detém ou porque o ordenamento jurídico veda a “satisfação voluntária da pretensão”. O conceito central é a “insatisfação”. É ela que dá origem aos conflitos entre os cidadãos pela mesma coisa ou direito.²

Esses conflitos, que são comuns, podem ser resolvidos de três maneiras: pela autotutela, que é a resolução do conflito pela própria parte interessada, por meio do exercício das próprias razões, pela autocomposição, que é a cedência unilateral ou recíproca das partes interessadas ou, ainda, pela heterocomposição, gênero caracterizado pela busca de auxílio de terceiro, do qual são espécies a conciliação, a mediação, a jurisdição estatal e o processo arbitral.³

Nas fases primitivas da história da humanidade, o Estado não se estruturava da forma como se conhece hoje. Assim, na ausência de um órgão estatal ou de uma estrutura organizada que garantisse o cumprimento dos deveres e a garantia dos direitos, aquele que pretendesse um bem que outra pessoa estivesse lhe impedindo de ter deveria utilizar a própria força contra o obstaculizador.⁴ A isto se dá o nome de autotutela. Obviamente, esta forma de resolução de conflitos não trazia a paz social e, conseqüentemente, passou a ser proibida por diversos ordenamentos jurídicos, como o brasileiro, por meio do artigo 345 do Código Penal, *in verbis*:

² CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 26.

³ Idem, *ibidem*. p. 26.

⁴ Idem, *ibidem*. p. 27.

Art. 345 - Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite:
Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência.
Parágrafo único - Se não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

Há, ainda, o método de autocomposição, em que “uma das partes em conflito, ou ambas, abrem mão do interesse ou de parte dele”, subdividindo-se em desistência (quando a parte abre mão de seu interesse), submissão (quando uma das partes abre mão de resistir à pretensão de outrem) e transação (quando há cedência recíproca de parte dos interesses).⁵

Com o surgimento do Estado de Direito, o comprometimento deste passou a ser, então, a paz social, de modo a rechaçar a “justiça de mão-própria” na grande maioria dos casos.⁶

É neste contexto que surge a jurisdição estatal. Trata-se de uma modalidade heterocompositiva de solução dos conflitos na qual o juiz-Estado imparcial dirime a lide a ele levada pelos cidadãos. A jurisdição existe porque o Estado é visto como um soberano que se legitima na Constituição e que observa os direitos fundamentais materiais e processuais.⁷ Assim, o surgimento da jurisdição só foi possível porque o homem cedeu parte de sua liberdade e freou seus ímpetos primitivos em busca da segurança oferecida pelo Estado.⁸

De maneira mais elaborada, Pellegrini afirma não só que a jurisdição é uma função de Estado que faz com que este se substitua aos titulares dos interesses para buscar a pacificação dos conflitos, mas afirma também que

⁵ Idem, ibidem. p. 27.

⁶ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. vol. 1. p. 173.

⁷ Idem, ibidem. p. 173.

⁸ HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Col. Os Pensadores. Trad.: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

A jurisdição é, ao mesmo tempo, poder, função e atividade. Como poder, é manifestação do poder estatal, conceituado como capacidade de decidir imperativamente e impor decisões. Como função, expressa o encargo que têm os órgãos estatais de promover a pacificação de conflitos interindividuais, mediante a realização do direito justo e através do processo. E como atividade ela é o complexo de atos do juiz no processo, exercendo o poder e cumprindo a função que a lei lhe comete.⁹

Entretanto, conforme se verá mais à frente, não basta a mera existência da jurisdição para que todos a ela tenham acesso.

A despeito de o inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal garantir que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, não se pode afirmar que todos são materialmente iguais para o acesso à jurisdição estatal.

1.2. LEITURA TEMPORAL DO ACESSO À JUSTIÇA

Mauro Cappelletti e Bryan Garth traçam uma evolução do conceito teórico de Acesso à Justiça.¹⁰ A princípio, no Estado burguês característico dos séculos dezoito e dezenove, a resolução dos conflitos sociais estava ligada a uma postura individualista dos direitos, de modo que o acesso à justiça era apenas o direito formal de um cidadão ajuizar uma ação ou contestá-la. Neste sentido,

⁹ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel, *op. cit.* p. 147.

¹⁰ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988. pp. 9-13.

A teoria era a de que, embora o acesso à justiça pudesse ser um “direito natural”, os direitos naturais não necessitavam de uma ação do Estado para sua proteção. Esses direitos eram considerados anteriores ao Estado; sua preservação exigia apenas que o Estado não permitisse que eles fossem infringidos por outros. O Estado, portanto, permanecia passivo, com relação a problemas tais como a aptidão de uma pessoa para reconhecer seus direitos e defendê-los adequadamente, na prática.¹¹

Assim, na mentalidade burguesa, não cabia ao Estado igualar materialmente os cidadãos e fornecer a todos o acesso efetivo à justiça. O indivíduo é visto como uma mônada isolada¹² e o papel do Estado é abster-se de grande influência na vida particular.¹³ A igualdade era formal, mas não efetiva.

Cappelletti e Garth percebem, ainda, que, mesmo em épocas mais próximas à atual, as diferenças entre as partes, em especial quanto aos recursos de que dispõem para encarar a lide processual, não eram vistas como problemas efetivos de acesso ao Judiciário.¹⁴

Assim, é importante destacar que não basta que o Estado tenha um órgão responsável por garantir a paz social. Pellegrini afirma que “a existência do ordenamento jurídico não é suficiente para evitar ou eliminar conflitos entre as pessoas”.¹⁵

¹¹ Idem, *ibidem*. p. 9.

¹² CARVALHO NETTO, Menelick. **A contribuição do direito administrativo enfocado da ótica do administrado para uma reflexão acerca dos fundamentos do controle de constitucionalidade das leis no Brasil: um pequeno exercício de teoria da constituição**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho. Ano 68 - n.º 2. Porto Alegre: Editora Síntese, 2002. p. 76.

¹³ Idem, *ibidem*. p. 75.

¹⁴ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *op. cit.* p. 10.

¹⁵ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *op. cit.* p. 26

1.3. O CONCEITO DE ACESSO À JUSTIÇA

Definir o que é o acesso à justiça é difícil, pois exige muito mais que conhecimento jurídico. Cappelletti e Garth reconhecem que realizar tal definição é tarefa laboriosa, mas asseveram que o acesso à justiça tem a função de

(...) determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico — o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos.¹⁶

Neste trabalho, é dado enfoque ao acesso à justiça como acesso ao Poder Judiciário, com os recursos a ele inerentes.

Neste sentido, Marinoni define que acesso á justiça é

(...) acesso a um processo justo, a garantia de acesso a uma justiça imparcial, que não só possibilite a participação efetiva e adequada das partes no processo jurisdicional, mas que também permita a efetividade da tutela dos direitos, consideradas as diferentes posições sociais e as específicas situações de direito substancial.¹⁷

O acesso à justiça é um tema de debate atual porque ainda há diversos obstáculos que dificultam a sua efetividade.

¹⁶ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *op. cit.* p. 8.

¹⁷ MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas Linhas do Processo Civil**. 4. ed. São Paulo : Malheiros Editores, 2000. p. 28.

1.4. DISTINÇÃO ENTRE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUSTIÇA GRATUITA

Conforme se verá no capítulo a seguir, há diversos impedimentos ao acesso à justiça, das mais diversas ordens, bem como há movimentos com o intuito de promover tal acesso.

Para que este estudo possa se desenvolver, é importante de se diferenciar três conceitos que são pilares do acesso à justiça no Estado moderno: a assistência judiciária, a assistência jurídica e a justiça gratuita.

A Constituição Federal prevê, em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Assim, segundo Ruy Pereira Barbosa, isto significa

(...) não só a assistência judiciária que consiste em atos de estar em juízo onde vem a justiça gratuita, mas também a pré-judiciária e a extrajudicial ou extrajudiciária. A assistência jurídica compreende o universo, isto é, o gênero.¹⁸

Desta forma, a assistência jurídica é um instituto de direito administrativo, cuja intenção é fazer com que o Estado promova a pessoas hipossuficientes a devida assessoria, por meio de advogado, seja no âmbito pré-processual, processual ou extraprocessual. O principal órgão definido constitucionalmente para o exercício da assistência jurídica gratuita é a Defensoria Pública:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma

¹⁸ BARBOSA, Ruy Pereira. **Assistência jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 62.

integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

Por outro lado, a assistência judiciária é definida por Augusto Tavares Rosa Marcacini da seguinte forma:

A assistência judiciária envolve o patrocínio gratuito da causa por advogado. A assistência judiciária é, pois, um serviço público organizado, consistente na defesa em juízo do assistido, que deve ser oferecido pelo Estado, mas que pode ser desempenhado por entidades não-estatais, conveniadas ou não com o Poder Judiciário.¹⁹

Desta forma, percebe-se que a assistência judiciária envolve, necessariamente, o ajuizamento de ação perante o Poder Judiciário, de modo que a parte pode ser patrocinada tanto pela Defensoria Pública, quanto por outras entidades, como os núcleos de prática jurídica das faculdades de Direito e a Fundação de Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil.

Por fim, a justiça gratuita, conforme definido por Marcacini, é “a gratuidade de todas as custas e despesas, judiciais ou não, relativas a atos necessários ao desenvolvimento do processo e à defesa dos direitos do beneficiário em juízo”.²⁰

A despeito de os três conceitos serem diferentes, muitas vezes são utilizados erroneamente como sinônimos, mesmo na própria legislação. Muitos autores têm tentado estabelecer os limites de diferenciação destes termos, podendo-se destacar o texto de Pontes de Miranda:

A assistência judiciária e benefício da justiça gratuita não são a mesma coisa. O benefício da justiça gratuita é direito à dispensa provisória de despesas, exercível em relação jurídica processual, perante o juiz que promete a prestação

¹⁹ MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. **Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996, p. 31.

²⁰ *Op. cit.* p. 31.

jurisdicional. É instituto de direito pré-processual. A assistência judiciária é instituto de Direito Administrativo. Para o deferimento ou indeferimento do benefício da justiça gratuita é competente o juiz da própria causa. Para a assistência judiciária, a lei de organização judiciária é que determina qual o juiz competente.²¹

²¹ MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969**. Tomo V. 2.ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1979. p. 642.

CAPÍTULO 2 – OBSTÁCULOS A SEREM TRANSPOSTOS PARA UM EFETIVO ACESSO À JUSTIÇA

2.1. INTRODUÇÃO

A despeito de o acesso à justiça, atualmente, ser reconhecido como um direito social básico, a “efetividade” deste direito é algo impreciso. Segundo Mauro Cappelletti e Bryant Garth:

A efetividade perfeita, no contexto de um dado direito substantivo, poderia ser expressa como a completa “igualdade de armas” – a garantia de que a conclusão final depende apenas dos méritos jurídicos relativos das partes antagônicas, sem relação com diferenças que sejam estranhas ao Direito e que, no entanto, afetam a afirmação e reivindicação dos direitos. Essa perfeita igualdade, naturalmente, é utópica. As diferenças entre as partes não podem jamais ser completamente erradicadas.²²

Assim, as diferenças entre as partes podem se dar nos planos social, econômico, entre outros. Cappelletti e Garth apontam como os principais óbices ao acesso à justiça: as custas judiciais, as possibilidades das partes e as questões inerentes aos direitos difusos.

2.2. PRIMEIRO OBSTÁCULO: AS CUSTAS JUDICIAIS

Nas sociedades modernas, a estrutura do Judiciário é fixada pelo Estado e por este custeada. O Estado proporciona a estrutura física, bem como remunera juízes e auxiliares da Justiça, para que a função jurisdicional possa ser oferecida. Entretanto, boa parte dos “custos necessários à solução de uma

²² CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *op. cit.* p. 15.

lide”, tais como honorários de advogados e determinadas custas, fica a cargo das partes.²³

Cappelletti e Garth comparam diversos sistemas judiciais na Europa e na América quanto às custas. A princípio, discorrem sobre o sistema americano, em que não há o dever da parte vencida em compensar a parte vencedora quanto aos honorários e custas com que esta arcou. Assim, cada parte se vê responsável apenas pelo seu custo no processo.²⁴ Em outros sistemas, há o ônus da sucumbência, ou seja, a parte derrotada não só é vencida no processo, mas também deve ressarcir os custos que a parte vencedora teve para ver seu direito reconhecido no Judiciário. Desta forma, aquele que deseja ajuizar uma ação nos sistemas que adotam o ônus da sucumbência o faz predominantemente quando tem certeza de que irá ganhar, o que é raro, ou, ainda, impossível, dado que a lide judicial é permeada por riscos e incertezas.²⁵

Arenhart, Marinoni e Mitidiero reconhecem que

(...) o mais óbvio obstáculo para um efetivo acesso à justiça é o do “custo do processo”. Esse problema relaciona-se com o das custas judiciais devidas aos órgãos jurisdicionais, com as despesas para a contratação de advogado e com aquelas necessárias para a produção das provas.²⁶

Custos altos para ajuizamento de ações podem representar a maior barreira e impedir a busca pela tutela jurisdicional dos direitos subjetivos, especialmente em países como o Brasil, onde há distribuição de renda bastante desigual entre os cidadãos.

Disto decorre a necessidade das reformas que vêm ocorrendo nas últimas décadas no sistema legal brasileiro. Entretanto, apenas a título de

²³ Idem, ibidem. pp. 15-16.

²⁴ Idem, ibidem. pp. 16-17.

²⁵ Idem, ibidem. p. 17.

²⁶ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Novo Curso de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. vol. 1. p. 217.

exemplificação desta reforma, a Constituição Federal dispõe principalmente de duas formas a necessidade de se prestar assistências jurídica aos necessitados, quais sejam:

Art. 5º, LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Além disso, a principal instituição à qual foi constitucionalmente incumbida a representação judicial e extrajudicial de pessoas hipossuficientes é a Defensoria Pública, conforme se verifica no texto da Carta Magna:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

Estes dois dispositivos constitucionais pretendem garantir não só que os hipossuficientes tenham acesso formal à justiça, mas, de igual maneira, que possam ser assistidos por patrono remunerado pelo Estado.

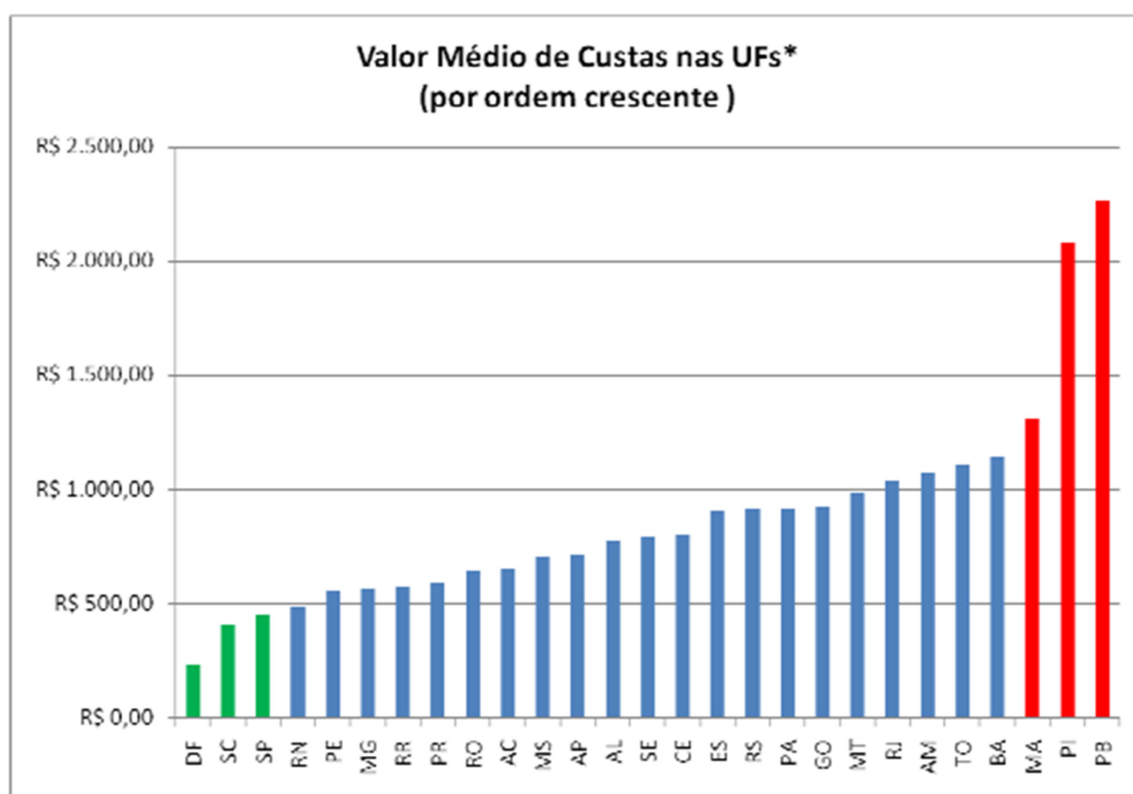
Relatório divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça²⁷ faz uma estimativa dos valores das custas para ajuizamento de uma ação de conhecimento cível, em procedimento ordinário, na justiça dos estados brasileiros e do Distrito Federal, para causas cujos valores sejam de dois mil, vinte mil, cinquenta mil e cem mil reais:

²⁷ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Perfil da fixação de custas judiciais no Brasil e análise comparativa da experiência internacional**. Brasília: CNJ, 2010.

TABELA 1
COMPARATIVO DOS VALORES ESTIMADOS DAS CUSTAS JUDICIAIS*
NAS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL**

Região	UF	Valor total da causa (em R\$)			
		2.000,00	20.000,00	50.000,00	100.000,00
Nordeste	Alagoas	182,83	474,22	876,22	1.546,22
	Bahia	279,00	929,00	1.315,00	2.057,00
	Ceará	610,99	786,14	897,84	897,84
	Maranhão	92,50	902,50	1.752,50	2.502,50
	Paraíba	88,98	1.186,40	2.595,25	5.190,50
	Pernambuco	161,73	389,43	629,43	1.029,43
	Piauí	241,44	1.062,03	2.374,31	4.653,73
	Sergipe	120,00	390,00	830,00	1.825,00
	Rio Grande do Norte	150,00	300,00	500,00	1.000,00
Norte	Acre	76,50	300,00	750,00	1.500,00
	Amapá	99,67	368,67	819,67	1.569,67
	Amazonas	227,60	817,00	1.150,00	2.100,00
	Pará	268,70	672,30	1.363,40	1.363,40
	Rondônia	30,00	300,00	750,00	1.500,00
	Roraima	67,50	202,50	675,00	1.350,00
	Tocantins	226,00	402,00	1.252,00	2.552,00
Centro-Oeste	Distrito Federal	40,00	296,55	296,55	296,55
	Goiás	171,45	500,16	1.052,75	1.974,44
	Mato Grosso	378,99	547,00	1.000,00	2.000,00
	Mato Grosso do Sul	209,85	489,65	1.049,25	1.049,25
Sudeste	Espírito Santo	91,42	542,60	1.135,53	1.843,97
	Minas Gerais	217,90	265,88	683,70	1.087,51
	Rio de Janeiro	213,57	573,57	1.173,57	2.173,57
	São Paulo	82,10	200,00	500,00	1.000,00
Sul	Paraná	176,95	648,45	718,45	818,45
	Rio Grande do Sul	142,90	456,00	1.025,00	2.030,00
	Santa Catarina	33,28	212,48	512,48	844,48

Num comparativo estadual crescente do valor médio das custas, o estudo apresenta o seguinte gráfico:



Outro dado interessante, que pode alicerçar a verificação da barreira imposta pelas custas judiciais, é o comparativo destas com o valor do salário mínimo vigente à época do estudo:

TABELA 2
COMPARATIVO DOS VALORES DE CUSTAS NAS UFs* EM RELAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO**
(PERCENTUAL)

UF	Valor da causa R\$ 2.000,00	UF	Valor da causa R\$ 20.000,00	UF	Valor da causa R\$ 50.000,00	UF	Valor da causa R\$ 100.000,00
CE	120%	PB	233%	PB	509%	PB	1018%
MT	74%	PI	208%	PI	466%	PI	912%
BA	55%	BA	182%	MA	344%	TO	500%
PA	53%	MA	177%	PR	267%	MA	491%
PI	47%	AM	160%	BA	258%	RJ	426%
AM	45%	CE	154%	TO	245%	AM	412%
TO	44%	PA	132%	RJ	230%	BA	403%
MG	43%	PR	127%	AM	225%	RS	398%
RJ	42%	RJ	112%	ES	223%	MT	392%
MS	41%	MT	107%	GO	206%	GO	387%
AL	36%	ES	106%	MT	206%	ES	362%
PA	35%	GO	98%	RS	201%	SE	358%
GO	34%	MS	96%	MS	196%	AP	308%
PE	32%	AL	93%	CE	176%	AL	303%
RN	29%	RS	89%	AL	172%	AC	294%
RS	28%	TO	79%	SE	163%	RO	294%
SE	24%	SE	76%	AP	161%	PA	267%
AP	20%	PE	76%	AC	147%	RR	265%
MA	18%	AP	72%	RO	147%	MG	213%
ES	18%	RN	59%	PR	141%	MS	206%
PB	17%	AC	59%	MG	134%	PE	202%
SP	16%	RO	59%	RR	132%	RN	196%
AC	15%	DF	58%	PE	123%	SP	196%
RR	13%	MG	52%	SC	100%	CE	176%
DF	8%	SC	42%	RN	98%	SC	166%
SC	7%	RR	40%	SP	98%	PR	160%
RO	6%	SP	39%	DF	58%	DF	58%

* Para a situação hipotética especificada. ** Valor de R\$ 510,00.

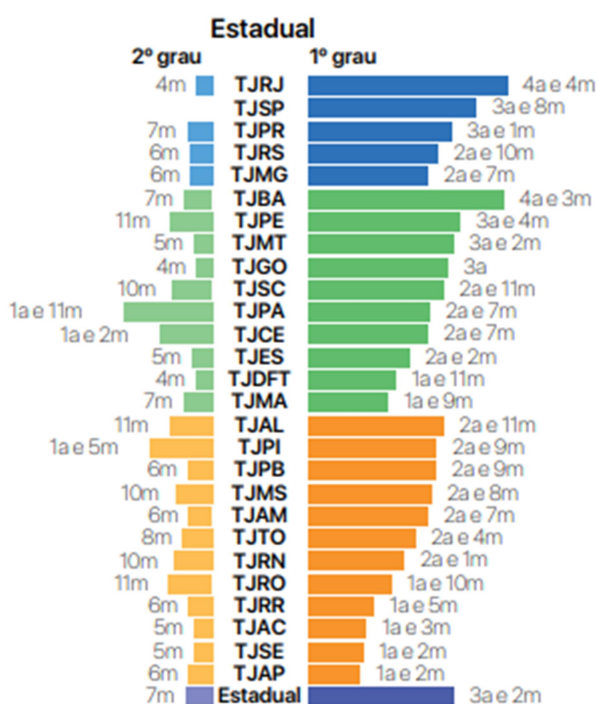
Quando as ações são de pequena monta, o custo do processo é um obstáculo ainda maior. As custas e os honorários podem se tornar uma carga muito onerosa para a parte, a ponto de exceder o valor da causa, consumir o conteúdo do pedido ou, ainda, podendo “tornar a demanda uma futilidade”.²⁸

Além disso, o tempo por que se alonga um processo judicial pode apresentar consequências econômicas desastrosas aos litigantes, desde prejuízos relacionados aos índices de inflação até o acúmulo do custo do

²⁸ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *op. cit.* p. 19.

processo ao longo do tempo. “Em muitos países, as partes que buscam uma solução judicial precisam esperar dois ou três anos, ou mais, por uma decisão exequível”.²⁹

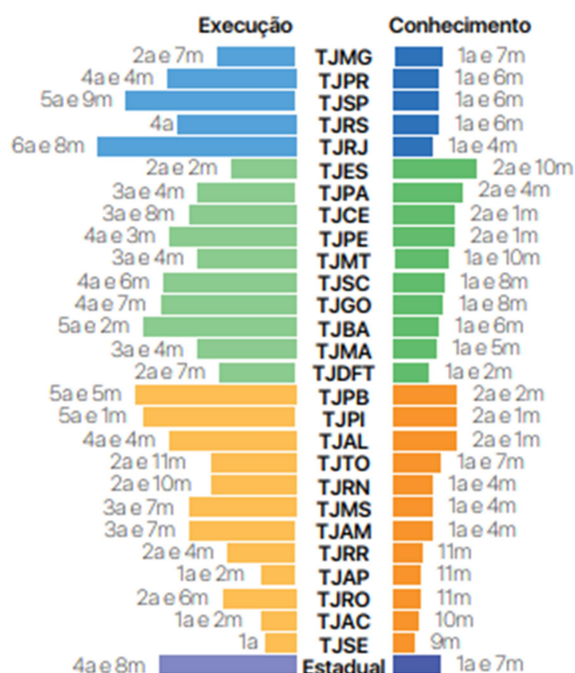
O Relatório Justiça em Números 2017³⁰, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresenta o seguinte gráfico representativo do tempo médio para a prolação de uma sentença no 1º e 2º graus na justiça estadual brasileira:



A onerosidade pode ser ainda maior se comparados os tempos médios da sentença nas fases de execução e conhecimento no 1º grau da justiça nos estados e no Distrito Federal:

²⁹ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *op. cit.* p. 20.

³⁰ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números 2017: ano-base 2016**. Brasília: CNJ, 2017. p. 133.



2.3. SEGUNDO OBSTÁCULO: POSSIBILIDADES DAS PARTES

Um segundo empecilho ao acesso à Justiça, segundo Cappelletti e Garth, é a relação de vantagem que uma parte possui sobre a outra, o que os autores denominam “possibilidades das partes”. Há vantagens e desvantagens entre as partes em diversos campos. Para efeito exemplificativo, os autores citam os recursos financeiros, a aptidão da parte em reconhecer um direito, a fim de pleiteá-lo judicialmente, e a diferença entre litigantes “eventuais” e litigantes “habituais”.³¹

Conforme assevera Watanabe, “o Brasil é um país marcado por contradições sociais, econômicas, políticas e regionais”³², de modo que a realidade brasileira é um grande obstáculo ao acesso à justiça.

No que tange aos recursos financeiros, por exemplo, é óbvio que pessoas físicas e jurídicas com maior poder aquisitivo têm vantagens sobre as

³¹ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *op. cit.* pp. 21-26.

³² WATANABE, Kazuo. **Acesso à Justiça e Sociedade Moderna**. In: Participação e Processo, RT, 1988, coord. de Ada Pellegrini Grinover, Candido Rangel Dinamarco e Kazuo Watanabe. p. 129.

demais quanto à proposição de ações, pois, além de poderem custear o processo, ainda podem tolerar processos longos sem grandes prejuízos.³³

Segundo o IBGE³⁴, o rendimento mensal *per capita* no Brasil, em 2017, foi o seguinte:

Unidades da Federação	Rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> da população residente (R\$)
Brasil	1.268
Rondônia	957
Acre	769
Amazonas	850
Roraima	1.006
Pará	715
Amapá	936
Tocantins	937
Maranhão	597
Piauí	750
Ceará	824
Rio Grande do Norte	845
Paraíba	928
Pernambuco	852
Alagoas	658
Sergipe	834
Bahia	862
Minas Gerais	1.224
Espírito Santo	1.205
Rio de Janeiro	1.445
São Paulo	1.712
Paraná	1.472
Santa Catarina	1.597
Rio Grande do Sul	1.635
Mato Grosso do Sul	1.291
Mato Grosso	1.247
Goiás	1.277
Distrito Federal	2.548

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2017.

³³ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *op. cit.* p. 21.

³⁴ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Renda domiciliar per capita 2017**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2017.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018.

Assim, se comparados estes valores aos dados apresentados anteriormente, quanto à estimativa de custas para ajuizamento de uma ação ordinária em procedimento comum, verifica-se que os recursos financeiros podem ser um fator de enorme relevância na possibilidade de acesso à justiça.

Por outro lado, no que diz respeito à capacidade de o sujeito reconhecer um direito que pode ser exigido em juízo, as barreiras neste sentido são, essencialmente, de ordem pessoal.³⁵ Parte da população pode reconhecer alguns de seus direitos, entretanto, o conhecimento jurídico básico nem sempre é possível a todos.³⁶ Além disso, Cappelletti e Garth diferenciam os litigantes “eventuais” dos litigantes “habituais”, de acordo com a frequência com que levam suas demandas ao conhecimento do Judiciário, sendo que estes têm vantagens sobre aqueles, em virtude da experiência, da maior economia de escala, das relações informais que formam com a “instância decisora”, da possibilidade de diluição dos riscos entre as demandas e do teste de estratégias ao longo dos casos.³⁷

2.4. TERCEIRO OBSTÁCULO: A QUESTÃO DOS DIREITOS DIFUSOS

A última questão abordada por Cappelletti e Garth é a defesa em juízo dos direitos difusos.

O próprio Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990, define que os interesses difusos são “os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”.³⁸

³⁵ Idem, ibidem. p. 21.

³⁶ Idem, ibidem. p. 22.

³⁷ Idem, ibidem. p. 25.

³⁸ Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

Pela própria leitura do artigo mencionado, já é possível prever o problema apresentado por Cappelletti e Garth, quanto à defesa de interesses difusos. Justamente por ter uma característica de ligação fática, em vez de puramente jurídica, bem como por ser um direito “espalhado”, “ou ninguém tem direito a corrigir a lesão a um interesse coletivo, ou o prêmio para qualquer indivíduo buscar essa correção é pequeno demais para induzi-lo a tentar uma ação”.³⁹ Há diversos exemplos, como o direito ao meio ambiente saudável e à proteção do consumidor.

Ainda que um dos indivíduos lesados possua legitimidade dentro do sistema legal para intentar uma ação contra aquele que está prejudicando interesse difuso, ainda assim, esta ação pode ser “anti-econômica”, pois requereria grande quantidade de capital para pouco retorno efetivo, bem como a indenização poderia beneficiar o autor, mas não possibilitar a reparação de prejuízos para toda a comunidade⁴⁰ ou o retorno ao *status quo*. Outro obstáculo à tutela de direitos difusos é a dificuldade (ou, ainda, a impossibilidade) de se reunir todos os interessados na demanda, a fim de que possa ser elaborada uma estratégia única.

Para Cappelletti e Garth, ao longo das últimas décadas, diversas ondas (ou fases) do movimento de acesso à justiça se preocuparam em garantir a efetividade dos direitos e a superação das barreiras jurídicas, sociais e econômicas, conforme se verá a seguir.

³⁹ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *op. cit.* p. 27.

⁴⁰ Idem, *ibidem.* p. 27.

CAPÍTULO 3 – AS ONDAS DO MOVIMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA

3.1. INTRODUÇÃO

Segundo Cappelletti e Garth, com a crescente atenção do mundo ocidental para o enfoque no acesso à justiça, três posições (ou “ondas”) surgiram para tentar solucionar os problemas descritos no capítulo anterior deste trabalho.

Conforme sintetiza a autora Daniela Marques de Moraes:

Mauro Cappelletti e Bryant Garth consideraram, após identificados os percalços acima, algumas soluções práticas aos problemas de acesso à justiça: a) assistência judiciária para os pobres (primeira onda); b) representação dos interesses difusos (segunda onda); c) do acesso à representação em juízo a uma concepção mais ampla de acesso à justiça (terceira onda).⁴¹

3.2. A PRIMEIRA ONDA

O primeiro e, talvez, mais óbvio pensamento é o de que o acesso à justiça pelos mais pobres requer não só a derrubada da barreira de custas, mas também a presença da figura do advogado como patrono do postulante. Assim,

Os primeiros esforços no sentido de propiciar a realização do acesso à justiça foram no sentido de promover a

⁴¹ MORAES, Daniela Marques de. **A Importância do Olhar do Outro para a Democratização do Acesso à Justiça: uma análise sobre o Direito Processual Civil, o Poder Judiciário e o Observatório da Justiça Brasileira**. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil, 2014. p. 78.

prestação de serviços jurídicos aos mais carentes, partindo-se do seguinte axioma: quanto mais desenvolvido o ordenamento jurídico nos moldes modernos, maior a necessidade da presença de um advogado, indispensável nas difíceis tarefas de interpretar leis cada vez mais complexas e de decifrar os detalhes procedimentais referentes ao ingresso e à permanência em juízo.⁴²

Asseveram Cappelletti e Garth que o sistema de assistência judiciária na maior parte dos países era desajustado até pouco tempo atrás, tendo em vista que os advogados particulares prestavam seus serviços a pessoas hipossuficientes de maneira gratuita, sem contraprestação do Estado ou da parte.⁴³ É claro que, no sistema capitalista, advogados mais experientes e qualificados se dedicam mais a causas que lhe rendem honorários e menos ao exercício do *munus honorificum*. Desta forma, o Estado provia a estrutura para o Judiciário, mas não havia um efetivo acesso da população a ele.

No Brasil, o advogado é uma figura indispensável para o ajuizamento da maior parte dos tipos de ações judiciais. O artigo 1º, inciso I⁴⁴, e o artigo 4º⁴⁵ do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/1994) reforçam esta ideia, deixando a cargo exclusivo do advogado o ofício de demandar em juízo, na maior parte dos casos.

Com o advento da Lei nº 9.099/1995, por outro lado, passou a ser facultativa a presença do advogado nos juizados especiais cíveis, em causas cujo valor não ultrapassem vinte salários mínimos.⁴⁶ É interessante notar que Cappelletti e Garth advertem, entretanto, que uma reforma que pretenda incrementar o acesso pode aumentar obstáculos em outra seara:

⁴² GOMES NETO, José Mário Wanderley. **O Acesso à Justiça em Mauro Cappelletti: Análise teórica desta concepção como “movimento” de transformação das estruturas do processo civil brasileiro**. Dissertação de mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014. p. 44.

⁴³ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *op. cit.* p. 32.

⁴⁴ Art. 1º São atividades privativas de advocacia:

I - a postulação a órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais.

⁴⁵ Art. 4º São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas.

⁴⁶ Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

(...) uma tentativa de reduzir custos é simplesmente eliminar a representação por advogado em certos procedimentos. Com certeza, no entanto, uma vez que litigantes de baixo nível econômico e educacional provavelmente não terão a capacidade de apresentar seus próprios casos, de modo eficiente, eles serão mais prejudicados que beneficiados por tal “reforma”.⁴⁷

Cappelletti e Garth analisam três modelos adotados pela primeira onda: o sistema *judicare*, o sistema formado por advogados custeados pelo Estado e o sistema combinado pelos dois primeiros modelos.

O sistema *judicare* é aquele em que todas as pessoas têm direito a assistência por um advogado particular pago pelo Estado. Preenchidos os requisitos preestabelecidos, a parte tem direito a um advogado como se pudesse pagá-lo. Outra diferença é que os honorários são destinados ao Estado, não ao assistido, como ocorre quando a parte contrata e remunera seu próprio advogado.⁴⁸

Este sistema decorre da necessidade de superação do primeiro obstáculo material ao acesso à justiça, o econômico, e foi criado a partir de inovações nos sistemas legislativos alemão e inglês, no início do século XX, com base em regimes social-democratas e trabalhistas. A assistência judiciária era considerada um benefício, de modo que figurava como parte da seguridade social.⁴⁹ Posteriormente, em 1972, o sistema de assistência jurídica francês traz reformas sobre o *judicare*, de modo que algumas pessoas acima da linha da pobreza pudessem ser beneficiadas pelo modelo, bem como qualquer pessoa, em casos de “importância particular”.⁵⁰

Boaventura de Souza Santos afirma que o acesso à justiça é mais distante dos cidadãos quanto mais baixa a camada social em que estes se encontram, não levando em consideração apenas questões econômicas, como

⁴⁷ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *op. cit.* p. 29.

⁴⁸ Idem, *ibidem.* p. 35.

⁴⁹ GOMES NETO, José Mário Wanderley. *op. cit.* p. 48.

⁵⁰ Idem, *ibidem.* p. 49.

também outros fatores que podem estar a elas ligados, como questões sociais e culturais.⁵¹

Berizonce apresenta as seguintes vantagens para o sistema *judicare*:

a) a intervenção dos advogados independentes assegura a melhor qualidade do serviço; b) permite que a assistência chegue a todos os lugares, mesmo àqueles mais afastados dos centros urbanos; c) sendo adequadamente remuneradas as tarefas profissionais, os advogados experientes também participam do serviço.⁵²

Entretanto, o mesmo autor apresenta como pontos negativos do sistema apresentado:

(...) a) sua insuficiência para abastecer as necessidades jurídicas em locais isolados, onde não há advogados; b) os advogados independentes mantêm uma mentalidade individualista e conservadora, que não é inclinada à aceitação dos movimentos para a reforma do sistema jurídico; c) tampouco podem se difundir os direitos, particularmente, pela armadilha que deriva das regras de ética profissional tradicionais, contrária à publicidade de certas instituições e práticas.⁵³

Um segundo modelo subsequente, segundo Cappelletti e Garth, surgiu com os “escritórios de vizinhança”, ou seja, advogados remunerados pelo Estado, a fim de fornecer assistência jurídica e judiciária a pessoas pobres de uma maneira geral. É interessante notar que, ao contrário do sistema *judicare*, que impunha à parte o conhecimento anterior de um direito exigível, estes escritórios tinham o intuito de auxiliar a comunidade a compreender seus direitos e a demandá-los em sede judicial e extrajudicial.

⁵¹ SANTOS, Boaventura de Souza. **Acesso à Justiça**. In: Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez. p. 170.

⁵² BERIZONCE, Roberto Omar. **Efectivo acceso a la justicia**: prólogo de Mauro Cappelletti. La Plata: Librería Editora Platense, 1997. p. 17. Tradução nossa.

⁵³ Idem, ibidem. p. 18. Tradução nossa.

Além de serem minimizadas as barreiras sociais, os advogados destes escritórios deveriam conhecer os demais obstáculos culturais a serem transpostos, a fim de combatê-los.

Ao fim, cabe dizer que há países que combinam os modelos *judicare* e o sistema do advogado remunerado pelos cofres públicos.

3.3. A SEGUNDA ONDA

Cappelletti e Garth afirmam que houve uma segunda onda de evolução do acesso à justiça, que tendia a promover a defesa dos direitos difusos.⁵⁴

É interessante notar que houve uma modificação na noção tradicional de processo civil, já que esta não mais abarcava a necessidade de tutela e proteção dos direitos difusos:

O processo era visto apenas como assunto entre duas partes, que se destinava à solução de uma controvérsia entre essas mesmas partes a respeito de seus próprios interesses individuais. Direitos que pertencessem a um grupo, ao público em geral ou a um segmento do público não se enquadravam bem nesse esquema.⁵⁵

Direitos difusos, muitas vezes, englobam tanto a noção de “direito público”, quanto a de “direito privado”, visto que tratar destes direitos significa vincular grandes grupos de pessoas. Modificações nas legislações e na jurisprudência têm representado grande avanço neste campo. Tais mudanças são extremamente necessárias neste sentido, pois, segundo Cappelletti e Garth:

⁵⁴ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *op. cit.* pp. 49.

⁵⁵ Idem, *ibidem*. pp. 49-50.

Uma vez que nem todos os titulares de um direito difuso podem comparecer a juízo – por exemplo, todos os interessados na manutenção da qualidade do ar, numa determinada região – é preciso que haja um “representante adequado” para agir em benefício da coletividade, mesmo que os membros dela não sejam “citados” individualmente. Da mesma forma, para ser efetiva, a decisão deve obrigar a todos os membros do grupo, ainda que nem todos tenham tido a oportunidade de ser ouvidos. Dessa maneira, outra noção tradicional, a da coisa julgada, precisa ser modificada, de modo a permitir a proteção judicial efetiva dos direitos difusos.⁵⁶

Conforme visto no primeiro capítulo deste trabalho, se o sistema jurídico burguês não era capaz de igualar materialmente as pessoas no que tange ao acesso à justiça, quiçá promover a defesa de direitos difusos.

A reforma da noção de processo civil tornou-se importante, pois questões fundamentais como “citação” e “direito de ser ouvido” passaram a ser tratados de maneira diferente, já que, em matéria de direitos difusos, como, por exemplo, o silêncio noturno de um bairro, nem todos os afetados podem ser ouvidos, de modo que é necessário um representante que se manifeste por eles.⁵⁷

3.4. A TERCEIRA ONDA

A terceira onda apresentada por Cappelletti e Garth vai além da expectativa de que todos tenham acessos a advogados públicos ou particulares. Para os autores, neste terceiro momento, há um “enfoque ao acesso à Justiça”, ou seja, a formação de um conceito mais amplo que a mera representação em juízo ou fora dele.⁵⁸

Este movimento decorre das ondas anteriores, mas vai além, tendo o intuito de fazer com que setores da sociedade anteriormente alheios a seus direitos tenham acesso igualitário à justiça: “para os pobres, inquilinos,

⁵⁶ Idem, ibidem. p. 50.

⁵⁷ Idem, ibidem. p. 50

⁵⁸ Idem, ibidem. p. 67.

consumidores e outras categorias, tem sido muito difícil tornar os novos direitos efetivos, como era de se prever”.⁵⁹

Diversas reformas são necessárias para que esse enfoque no acesso à Justiça se dê de maneira efetiva, tais como melhorias nos procedimentos judiciais, reestruturação das cortes etc. O próprio processo civil tem de ser adaptado a cada demanda levada ao Judiciário, de modo que o tempo, o custo e o modo de representação têm de ser levados em consideração em cada litígio. Ademais, o próprio litígio judicial pode ser evitado, por meio de técnicas que promovam a conciliação entre as partes.⁶⁰

⁵⁹ Idem, ibidem. p. 68.

⁶⁰ Idem, ibidem. pp. 70-71.

CAPÍTULO 4 – A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O ACESSO À JUSTIÇA

4.1. A LEI Nº 1.060/1950

Conforme visto anteriormente, a Constituição Federal prevê a assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados. Além disso, o texto constitucional dispõe, em seu artigo 5º, inciso XXXV, que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Isto quer dizer que o Estado brasileiro deve não só proporcionar a estrutura física do Judiciário, mas também promover o efetivo acesso da população a este Poder. Desta forma, algumas inovações e reformas legislativas se tornaram necessárias ao longo dos anos, a fim de garantir que todos possam levar suas demandas a juízo.

A Lei nº 1.060/1950 surgiu para definir “normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados”. Esta não foi a primeira lei brasileira sobre este tema, visto que o Código de Processo Civil de 1939 já previa a assistência judiciária e a gratuidade de justiça em alguns de seus dispositivos.⁶¹ Além disso, a Lei nº 1060/1950 vigorou quase em sua integralidade até 2016, quando entrou em vigor o Código de Processo Civil atual (CPC, Lei nº 13.105/2015), que revogou, por meio de seu artigo 1072, inciso III, a maior parte dos dispositivos da lei anterior de assistência judiciária. Alguns autores, inclusive, advogam a desnecessidade dos artigos desta lei ainda vigentes, visto que as matérias tratadas ou já estão presentes no novo CPC ou já estão estabelecidos de maneira mais ampla na Constituição Federal.⁶²

⁶¹ WEINTRAUB, Arthur Bragança de Vasconcellos. **500 Anos de Assistência Judiciária No Brasil**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67467/70077>. Acesso em 26 de maio de 2018.

⁶² Neste sentido, Cabral e Cramer asseveram: “Aliás, não se entende a razão pela qual não houve a revogação integral da Lei 1.060/1950. Os dispositivos mantidos parecem prejudicados ou inócuos”. CABRAL, Antônio do Passo Cabral. CRAMER, Ronaldo. **Comentários ao Novo Código de Processo Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 161.

A Lei nº 1.060/1950 estabelecia, em seu artigo 2º, que se beneficiariam da assistência judiciária os “os nacionais ou estrangeiros residentes no país, que necessitarem recorrer à Justiça penal, civil, militar ou do trabalho”. O CPC/2015, por meio do artigo 98, *caput*, ampliou o rol de beneficiários:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

É importante ressaltar que a própria lei de 1950 utilizava, de maneira equivocada, em alguns momentos, a expressão “assistência judiciária”, empregando-a também como sinônimo de justiça gratuita e de Defensoria Pública.⁶³ Esta confusão terminológica deixou de existir no CPC/2015, que diferencia a gratuidade de justiça, tratada na seção IV, capítulo II, de outros conceitos.

4.2. ANÁLISE DA JUSTIÇA GRATUITA NO CPC/2015

Além da ampliação do rol de beneficiários citada anteriormente, o CPC ainda elenca, em seu artigo 98, § 1º, que a gratuidade da justiça compreende:

⁶³ Neste sentido, é cediço destacar o texto de Diogo Esteves e Franklyn Roger Alves, no que tange a este tema: “As expressões assistência judiciária, assistência jurídica e gratuidade de justiça vêm sendo utilizadas ao longo dos anos sem o adequado desvelo técnico. De fato, essa confusão terminológica se deve, em grande parte, à própria deficiência técnica da Lei n. 1.060/1950, que se utiliza inadvertidamente do termo assistência judiciária para designar (i) o serviço público de assistência dos necessitados em juízo (art. 1º); (ii) o órgão estatal responsável pela prestação do serviço de assistência dos hipossuficientes (art. 5º, §§1º, 2º e 5º e art. 18); e (iii) o benefício de isenção de despesas processuais, ou seja, como sinônimo de gratuidade de justiça (arts. 3º, 4º, §2º, 6º, 7º, 9º, 10 e 11)”. ESTEVES, Diogo. SILVA, Franklyn Roger Alves. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 94.

- I - as taxas ou as custas judiciais;
- II - os selos postais;
- III - as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;
- IV - a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;
- V - as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais;
- VI - os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;
- VII - o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;
- VIII - os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;
- IX - os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.

Além disso, apesar de o parágrafo 2º do artigo 98 do CPC afirmar que “a concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência”, o parágrafo 3º do mesmo artigo suspende a exigibilidade de tais ônus por cinco anos após o trânsito em julgado, de modo que, para que a parte vencedora possa cobrar em juízo tais valores, deve provar, no período mencionado, que a parte vencida não mais é hipossuficiente.⁶⁴ De igual modo, a gratuidade da justiça não isenta o beneficiário de pagar multas processuais que lhe sejam aplicadas no curso do processo, de acordo com o artigo 98, parágrafo 4º, do CPC.⁶⁵

É interessante ressaltar, ainda, que a gratuidade de justiça pode se aplicar a todos os atos do processo, ou, ainda, na redução de um percentual das despesas com que o beneficiário tiver de arcar, de modo que, a depender do caso, pode haver um parcelamento dos custos processuais, em vez de sua

⁶⁴ DIDIER JÚNIOR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael. **Benefício da justiça gratuita**. 6. ed. rev. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2008. p. 29.

⁶⁵ Idem, ibidem. p. 51.

total isenção. É o que se chama de modulação do benefício da justiça gratuita.⁶⁶

Quanto ao momento em que a gratuidade de justiça pode ser solicitada, o CPC atual inovou em relação à Lei nº 1.060/1950. Esta lei previa que o pedido de gratuidade deveria estar contido na petição inicial, o que é uma inexatidão, visto que o réu também pode ser beneficiário da justiça gratuita.⁶⁷ Atualmente, a leitura do artigo 99 do CPC leva ao entendimento de que

(...) a concessão da gratuidade de justiça depende de requerimento do interessado; esse requerimento pode ser formulado no primeiro momento em que ele aparece nos autos ou em momento posterior.⁶⁸

Desta forma, a gratuidade de justiça pode ser solicitada na petição inicial, contestação, ingresso de terceiro ou em recurso. Trata-se de um grande avanço neste tema, visto que a ocorrência de causa posterior ao ajuizamento da ação que justifique a concessão da gratuidade de justiça não impede que a parte a requeira em juízo, bastando uma petição simples para tal.

Cabe dizer que, de acordo com Arenhart, Marinoni e Mitidiero,

(...) não é necessário que a parte seja pobre para que possa beneficiar-se da gratuidade de justiça. Basta que não tenha recursos suficientes para pagar as custas, as despesas e os honorários do processo. Mesmo que a pessoa tenha patrimônio suficiente, se estes bens não têm liquidez para adimplir com essas despesas, há direito à gratuidade.⁶⁹

⁶⁶ Idem, ibidem. pp. 89-90.

⁶⁷ MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. **Assistência Jurídica, Assistência Judiciária e Justiça Gratuita**, Rio de Janeiro: Forense, 1996. p. 98.

⁶⁸ OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Aspectos Procedimentais do Benefício da Justiça Gratuita. In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). *Coleção Repercussões do Novo CPC – Defensoria Pública*, Salvador: Juspodivm, 2015. p. 65.

⁶⁹ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de processo civil comentado**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2016. p. 252.

Quanto à pessoa física, segundo Arenhart, Marinoni e Mitidiero, a gratuidade da justiça deve ser deferida com a simples formulação do pedido, já que há uma suposição de veracidade *juris tantum* da declaração de hipossuficiência. O juiz pode, ainda, solicitar que o indivíduo apresente provas de que não possui condições financeiras para arcar com as custas processuais antes de deferir ou indeferir o pedido de justiça gratuita⁷⁰. Por outro lado, a pessoa jurídica não goza desta pressuposição. Tanto à pessoa jurídica que não possui fins lucrativos, quanto à que os possui, é imperativo apresentar prova de seus parcos recursos financeiros, a fim de que possa ser beneficiária da justiça gratuita.⁷¹ Há, inclusive, entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para o qual “faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais” (Enunciado nº 481).

Segundo Didier, quando for solicitada a gratuidade de justiça, o juiz deve se pronunciar quanto a ela na primeira oportunidade, por meio de decisão motivada. Caso o juiz se omita quanto ao requerimento, a parte pode opor embargos de declaração, já que não há concessão tácita do benefício⁷². Ademais, o simples fato de o patrono da parte ser advogado particular não impede que seja solicitado o benefício da justiça gratuita, de acordo com o artigo 99, § 4º, do CPC.⁷³

Quanto à impugnação do benefício deferido, Didier ensina de maneira simples que:

Se a gratuidade foi deferida ao autor, já no início do processo, cabe ao réu, querendo, impugná-la na própria contestação; se deferida ao réu, após pedido formulado na contestação, cabe ao autor, querendo, impugná-la na réplica, se houver, ou no prazo de quinze dias contados de quando teve conhecimento do deferimento; se deferida após pedido formulado em recurso,

⁷⁰ DIDIER JÚNIOR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael, *op. cit.* p. 72.

⁷¹ Idem, *ibidem*. pp. 69-70.

⁷² “A não apreciação de pedido de assistência judiciária gratuita não significa deferimento tácito”. STJ, Quarta Turma, AgRg no AREsp 652.017/SP, rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 04.08.2015, DJe 14.08.2015.

⁷³ DIDIER JÚNIOR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael, *op. cit.* p. 25.

cabe impugnação nas contrarrazões; se deferida ao terceiro, cabe impugnação por petição simples, no prazo de quinze dias contados de quando se teve conhecimento do deferimento.⁷⁴

Cabe lembrar que, ao ônus da prova para impugnação do benefício, aplicam-se as disposições do artigo 373 do CPC, de modo que cabe àquele que alega o dever de provar que à outra parte não assiste o direito ao benefício da justiça gratuita.⁷⁵

Impugnado o benefício de gratuidade de justiça, o magistrado deve decidir se revoga ou confirma a sua concessão. Segundo o artigo 100, parágrafo único, do CPC, caso o benefício seja revogado, o anterior beneficiário deve arcar com o ônus daquilo que não havia adiantado até aquele ponto. Além disso, conforme Didier Júnior.:

(...) embora não o diga o parágrafo único do art. 100, cabe ainda ao beneficiário arcar com o pagamento do que foi adiantado, eventualmente, pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pela União. É o caso, por exemplo, dos honorários periciais que eventualmente tenham sido antecipados por um desses entes nos termos do § 3º do art. 95 do CPC.⁷⁶

Caso o benefício não tenha sido concedido pelo juiz, o requerente pode impugnar a decisão por meio de agravo de instrumento.⁷⁷ O magistrado pode, ainda, modular os efeitos da justiça gratuita, em vez de revogá-la.⁷⁸

Conforme se verificou no segundo capítulo, as custas judiciais são apenas um dos obstáculos a serem vencidos para que se possibilite o acesso dos hipossuficientes ao Judiciário, de modo que a justiça gratuita concedida

⁷⁴ Idem, ibidem. p. 80.

⁷⁵ Idem, ibidem. p. 85.

⁷⁶ Idem, ibidem. pp. 86-87.

⁷⁷ Idem, ibidem. p. 90.

⁷⁸ Idem, ibidem. p. 53.

pelo CPC é apenas um dos módulos das ondas renovatórias do acesso à justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, buscou-se analisar alguns dos obstáculos ao acesso à justiça, bem como compreender as ondas renovatórias que pretenderam romper tais barreiras. Para isso, foi realizado, *a priori*, um preâmbulo sobre o conceito de “jurisdição” e métodos de solução de conflitos. Posteriormente, passou-se à análise das barreiras e ondas renovatórias em si. Ao final, foi realizada breve análise sobre o acesso à justiça no Código de Processo Civil em vigor.

No que tange aos métodos de solução de conflitos, verificou-se que houve uma evolução do Estado, a fim de que se chegasse à jurisdição estatal. O Judiciário passou a ser visto como um terceiro imparcial que se substitui aos particulares, a fim de solucionar as lides levadas a seu conhecimento.

Por outro lado, nota-se que a mera existência da Justiça não é suficiente para que todos possam acessá-la. O Estado burguês do século XVIII, caracterizado pela individualidade, carregou durante muitos anos a noção de que todos eram livres e iguais. Esta igualdade puramente formal de outrora não mais condiz com a realidade atual, de modo que passaram a ser necessários mecanismos que possibilitassem o acesso à justiça também para cidadãos hipossuficientes.

O acesso à justiça é caracterizado pelos princípios que norteiam o processo, por um sistema realmente disponível a todos e por uma preocupação com o resultado útil e justo das demandas, de modo que a assistência judiciária, a assistência jurídica e a justiça gratuita precisam ser asseguradas aos cidadãos que não dispõem de recursos para suportar os custos de um processo.

O primeiro obstáculo apresentado por Mauro Cappelletti e Bryant Garth são, obviamente, as custas judiciais. Especialmente no Brasil, onde a distribuição de renda é bastante desigual, exigir que todos paguem as custas

de um processo, contratem advogados particulares e custeiem a produção de provas pode significar um enorme distanciamento entre os cidadãos e o Judiciário. Assim, muitos sistemas jurídicos, inclusive o brasileiro, vêm tentando aperfeiçoar técnicas de representação jurídica e diminuição da carga financeira sobre os hipossuficientes, em especial, pela disponibilização de defensores públicos e concessão do benefício da justiça gratuita.

O segundo obstáculo se refere às possibilidades das partes. Cappelletti e Garth querem dizer com isso não só que a questão econômica é um obstáculo enorme, mas que nem sempre as partes estão cientes de que possuem um direito subjetivo passível de ser demandado em juízo.

Por outro lado, o terceiro obstáculo se refere à dificuldade em se defender direitos difusos. Como os direitos difusos têm natureza indivisível e seus titulares são pessoas indeterminadas e ligadas por razões fáticas, não é possível que todos possam ir a juízo reclamar individualmente, assim como fazer isso pode ser uma demanda anti-econômica, com muito custo e pouco retorno de fato.

À vista destes três problemas, Cappelletti e Garth apontam que três ondas do movimento de acesso à justiça pretenderam minimizar estas barreiras.

A primeira onda pretendia conceder aos pobres a possibilidade de serem representados em juízo por um advogado. A princípio, os advogados exerciam um *munus honorificum*, ou seja, representavam a parte hipossuficiente em juízo sem receber nenhuma contraprestação. Posteriormente, foram criados o sistema *judicare*, em que o Estado custeia um advogado particular para a parte, e o sistema em que os cofres públicos remuneram um advogado que presta serviços jurídicos não só em juízo, mas também fora dele, em especial, nos Estados Unidos, com a criação dos escritórios de vizinhança.

Por outro lado, a segunda onda pretendia impulsionar a defesa dos direitos difusos. Como visto, não é possível que todos os titulares de direitos difusos possam ir a juízo. Assim, passou a ser importante a figura de um representante destas pessoas, bem como a reforma do processo civil, a fim de

que conceitos importantes como “citação”, “coisa julgada” e “direito de ser ouvido” pudessem ser adaptados à nova realidade destes direitos.

A terceira onda, por sua vez, dá muito mais enfoque ao acesso à justiça em si, isto é, tem a preocupação de que as reformas nos sistemas jurídicos possam levar em consideração não só os conceitos tradicionais, mas as características peculiares que cada tipo de demanda possui, estimulando-se, inclusive, os métodos de solução alternativa dos conflitos.

Por fim, analisando-se o instituto da gratuidade de justiça no Código de Processo Civil, chega-se à conclusão de que este representou um importante avanço no acesso à justiça, inclusive, no que tange aos conceitos, visto que a anterior lei de justiça gratuita confundia as noções de assistência judiciária, justiça gratuita e representação oferecida pela Defensoria Pública. O avanço promovido pelo CPC significou também a ampliação do rol de beneficiários da gratuidade de justiça, bem como possibilitou ao juiz efetuar modulação do benefício, a fim de adequá-lo à realidade de cada demanda.

Conforme se verificou neste trabalho, é importante conhecer os obstáculos que impedem o acesso à justiça, a fim de que possam ser propostas soluções que derrubem estas barreiras. Conceder gratuidade de justiça, fornecer assistência jurídica gratuita e promover a defesa dos direitos difusos em juízo são apenas algumas das ações necessárias para que todos possam recorrer ao Judiciário. Reconhecer a importância do amplo acesso à justiça é reconhecer a importância do próprio Estado de Direito.

REFERÊNCIAS

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Novo Curso de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. vol. 1.

BARBOSA, Ruy Pereira. Assistência jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

BERIZONCE, Roberto Omar. Efectivo acceso a la justicia: prólogo de Mauro Cappelletti. La Plata: Librería Editora Platense, 1997.

CABRAL, Antônio do Passo Cabral. CRAMER, Ronaldo. Comentários ao Novo Código de Processo Civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARVALHO NETTO, Menelick. A contribuição do direito administrativo enfocado da ótica do administrado para uma reflexão acerca dos fundamentos do controle de constitucionalidade das leis no Brasil: um pequeno exercício de teoria da constituição. Revista do Tribunal Superior do Trabalho. Ano 68 - n.º 2. Porto Alegre: Editora Síntese, 2002.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em Números 2017: ano-base 2016. Brasília: CNJ, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Perfil da fixação de custas judiciais no Brasil e análise comparativa da experiência internacional. Brasília: CNJ, 2010.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael. Benefício da justiça gratuita. 6. ed. rev. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2008.

ESTEVEES, Diogo. SILVA, Franklyn Roger Alves. Princípios Institucionais da Defensoria Pública. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

GOMES NETO, José Mário Wanderley. O Acesso à Justiça em Mauro Cappelletti: Análise teórica desta concepção como “movimento” de transformação das estruturas do processo civil brasileiro. Dissertação de mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Col. Os Pensadores. Trad.: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Renda domiciliar *per capita* 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2017.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Assistência Jurídica, Assistência Judiciária e Justiça Gratuita, Rio de Janeiro: Forense, 1996.

MARINONI, Luiz Guilherme. Novas Linhas do Processo Civil. 4. ed. São Paulo : Malheiros Editores, 2000.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969. Tomo V. 2.ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1979.

MORAES, Daniela Marques de. A Importância do Olhar do Outro para a Democratização do Acesso à Justiça: uma análise sobre o Direito Processual Civil, o Poder Judiciário e o Observatório da Justiça Brasileira. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil, 2014.

OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Aspectos Procedimentais do Benefício da Justiça Gratuita. In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). Coleção Repercussões do Novo CPC – Defensoria Pública, Salvador: Juspodivm, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. Acesso à Justiça. In: Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez.

WATANABE, Kazuo. Acesso à Justiça e Sociedade Moderna. In: Participação e Processo, RT, 1988, coord. de Ada Pellegrini Grinover, Candido Rangel Dinamarco e Kazuo Watanabe.

WEINTRAUB, Arthur Bragança de Vasconcellos. 500 Anos de Assistência Judiciária No Brasil. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67467/70077>. Acesso em 26 de maio de 2018.